

GT 15 – Educação Especial**COORDENADOR PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Gicele Holanda da Silva Pinto (UEPA)

INTRODUÇÃO

Ao observar o contexto histórico das leis, políticas e movimentos em favor de uma educação para todos, ou seja, inclusiva, podemos destacar: a Constituição Federal de 1988, a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990), a Declaração de Salamanca (1994), os Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2010) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, entre outras.

Mediante a análise desses documentos foi possível fazer uma reflexão acerca de uma educação pautada nos princípios de igualdade, de oportunidade, de atendimento diferenciado, de aprendizagem e desenvolvimento, de competências e habilidades, princípios capazes de solidificar o respeito às diferenças de qualquer natureza, seja ela física, mental, comportamental ou social que ocorresse em todos os espaços sociais: escolas, igrejas, hospitais e outros.

A escola, como um espaço de interação social e de aprendizagem, deve ser o local onde todos os discentes com ou sem deficiência possam se sentir atendidos, valorizados e estimulados. A educação, na perspectiva inclusiva, abre espaço para a realização de um trabalho educativo mais humanizado, o que estimula a procura de pessoas com deficiência a esse tipo de atendimento. Essa prática traz como consequência a ansiedade/insegurança de gestores, coordenadores pedagógicos e professores frente aos obstáculos arquitetônicos, pedagógicos e metodológicos que ainda permeiam as unidades escolares e toda a sociedade.

Para minimizar tais obstáculos o poder público através da política de acessibilidade e de atendimento educacional especializado, buscou ações que pudessem contribuir para o ingresso, permanência e desenvolvimento das potencialidades do discente com deficiência. Podendo ser citado como exemplo, o Programa Brasil Acessível, implantação de salas de recursos multifuncionais, produção e distribuição de recursos educacionais como livros didáticos e paradidáticos em Braille, áudio e Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, laptops com sintetizador de vozes e softwares para comunicação alternativa.

A escola, em consonância com a política de inclusão precisa desenvolver ações que facilitem o desenvolvimento de uma educação de qualidade e igualitária. O projeto político pedagógico quando elaborado de forma cooperativa envolvendo todos os segmentos da escola contempla objetivos, ações e mudanças e conquistas que a equipe escolar deseja alcançar. O papel de todos os autores envolvidos na ação do projeto (pais, alunos, pessoal de apoio, professores, administração, assessoria técnica pedagógica e comunidade) é de fundamental importância de sua discussão, elaboração, execução e avaliação na perspectiva de novo planejar. Cada participante, contribuindo com suas experiências e anseios tornam-se responsáveis pela eficiência e eficácia de cada ação desenvolvida na e pela escola, contribuindo assim, para a construção de uma educação de qualidade para todos.

Considerando que o coordenador pedagógico exerce, na escola, a função de mediador entre o trabalho do professor e o desempenho do discente, sua atuação é de fundamental importância na orientação da ação docente no acompanhamento do resultado dessa ação fazendo com que esse caminho seja permeado, diariamente, por um clima amigável e prazeroso trazendo como consequência uma aprendizagem significativa para o discente e um repensar da ação para o professor e para a escola.

Cabe ao coordenador pedagógico, articular e buscar meios para a formação continuada de seus professores e incentivar práticas pedagógicas que contribuam efetivamente para o desenvolvimento integral do educando e principalmente busque sensibilizar os discentes para uma ação inclusiva, onde os valores éticos sejam respeitados.

Apesar de se justificar a necessidade de elucidar pressupostos teóricos que enfatizem aqueles que estão: da ação do coordenador pedagógico na perspectiva da educação inclusiva; os possíveis desafios enfrentados por esse profissional nessa ação; e os caminhos a serem percorridos, em prol da educação de qualidade para todos. A preocupação em estudar o assunto, está relacionada com as dificuldades enfrentadas pelo professor do ensino regular no atendimento ao discente com deficiência em que lhe sejam fornecidos subsídios necessários ao trabalho pedagógico.

Considerando que entre as funções do coordenador pedagógico está a de fornecer subsídios teóricos e práticos para o professor, de modo que ele possa desenvolver ações voltadas para a realização

de um trabalho competente e responsável, consideramos que um trabalho capaz de analisar a real função do coordenador pedagógico na operacionalização da educação inclusiva vai trazer respostas para inúmeras dúvidas que ainda funcionam como pontos de resistência ao trabalho inclusivo.

Esta coordenação necessita ter conhecimentos sobre: a educação inclusiva, o discente incluso e sua necessidade, e como a escola poderá contribuir para o seu desenvolvimento, para assim, conduzir o professor a uma ação inclusiva.

Com as dúvidas e a lucidez será possível estabelecer metas capazes de facilitar a implantação do processo de inclusão em nossas escolas, buscando assim, auxiliar positivamente no desenvolvimento do trabalho de coordenação pedagógica, do professor principalmente na educação dos discentes de forma eficiente.

Esta pesquisa é de cunho bibliográfico (GIL, 2002) e tem como objetivos:

- (1) Identificar como a ação de coordenação pedagógica pode ser desenvolvida na perspectiva da educação Inclusiva;
- (2) Conhecer os possíveis desafios enfrentados pelo coordenador pedagógico para o desenvolvimento do trabalho, em prol da educação para todos
- (3) Apontar ações que possam contribuir para o trabalho do coordenador pedagógico.

No primeiro tópico intitulado “O Coordenador Pedagógico e a Educação Inclusiva”, buscamos enfatizar a importância da ação deste profissional para o desenvolvimento da educação inclusiva. O segundo tópico, “O Coordenador Pedagógico e o Professor: ações conjuntas para contemplar às diferenças”, enfatizamos a relevância da articulação entre os mesmos para o atendimento das diferenças, e no tópico “A Formação continuada e a prática do coordenador pedagógico aspectos imprescindíveis à educação inclusiva”, apontamos a necessidade da promoção da formação continuada para a prática tanto do coordenador pedagógico como para todos os autores do processo educacional.

OCOORDENADORPEDAGÓGICOEAEDUCAÇÃOINCLUSIVA

Ao iniciar um trabalho que enfatize o respeito às potencialidades e especificidades dentro do contexto escolar, é necessário que todos os profissionais passem por momentos de reflexão sobre a importância de seu papel na vida de cada estudante, tentando assim, sensibilizá-los para a questão do atendimento baseado na igualdade de direitos e respeito às diferenças, não podendo ser confundido com apiedade ou caridade.

Nesse enfoque, cabe ao gestor escolar juntamente com o coordenador pedagógico, buscar e malter alternativas que possam fazer com que a equipe escolar esteja realmente disposta e preparada para contribuir para o processo inclusivo. A equipe escolar com esta concepção passa através de suas ações, exemplos positivos, que contribuirão para a relação de respeito mútuo entre os alunos, podendo também alcançar os contextos familiares.

O desenvolvimento do trabalho conjunto entre gestor escolar e coordenador pedagógico é fundamental para que a equipe seja capaz de aceitar os desafios, partilhando os sucessos e obstáculos para assim, atingir seus objetivos. Nos dobramentos deste texto nos reportaremos para a ação do coordenador pedagógico, mas elucidamos que todos os profissionais que fazem parte do sistema de ensino têm sua importância nesse cenário, onde a evolução do ser humano em todos os sentidos é almejada.

O Coordenador pedagógico além de exercer grande relevância para o desenvolvimento das atividades escolares deve ser o principal articulador do processo de ensino e aprendizagem, da prática do professor e da evolução geral do discente. Essa função de articulador remete à coordenação pedagógica e está em constante sintonia com todos os acontecimentos da escola, da situação escolar do aluno e da ação do professor, dessa forma, podemos perceber a amplitude e responsabilidade de seu papel. Gieglio (2011, p. 116), faz a seguinte afirmação sobre a ação do CP¹: “[...] seu envolvimento com os problemas, o melhor, com a rotina da escola atinge uma magnitude e uma profundidade que extrapolam o âmbito de sua ação profissional. ”

E para ser capaz de atender todas as necessidades da rotina escolar e sempre no foco de sua função, esse profissional precisa estabelecer prioridades através de um plano de ação, que de acordo com Alves (2008, p. 100) esse plano, “[...] tem por finalidade a análise, crítica, apreensão e transformação das ações, a partir da centralidade assumida pela linguagem na formação dos envolvidos.

”Nada medida em que o coordenador pedagógico consegue projetar sua ação, colocando a teoria e a prática como aspectos que direcionem e redirecionem seu agir, o mesmo poderá visualizar os caminhos que precisa percorrer para alcançar suas metas, sem se perder nas situações escolares, quando o objetivo é fazer pedagógico. É importante ressaltar que as ações desse plano precisam estar baseadas nas ações e em cada um dos projetos políticos pedagógicos, para que os objetivos estejam na mesma direção e que os esforços, para a concretização dos mesmos, sejam coletivos.

No processo de inclusão escolar a ação do coordenador pedagógico deve ser compreendida como uma das maneiras de garantir que a educação seja alcançada por todos que adentrarem os espaços do sala de aula, trabalhando para que a segregação e exclusão sejam enfrentadas e eliminadas, dando a

¹A abreviatura se refere a coordenador pedagógico.

ssim, espaço para a interação das diferenças. Essa afirmação é plausível, devido ao poder de articulação do esse profissional junto a todos os profissionais da instituição de ensino a qual desempenha sua função, a o seu envolvimento com os pais dos alunos e pela sua relação com os próprios discentes. Para Souza (2010, p.95), o coordenador pedagógico “[...] é aquele que organiza, orienta e harmoniza o trabalho de um grupo, por intermédio de determinados métodos, de acordo com o sistema ou contexto em que se insere. ” Podemos verificar que diante dessas capacidades de organização, orientação e harmonização do CP, a educação inclusiva é inerente a sua prática, cabendo ao mesmo, refletir e agir juntamente com seus parceiros a melhor forma de promover e -la vivência -lano contexto escolar.

OCOORDENADOR PEDAGÓGICO E O PROFESSOR: AÇÃOES CONJUNTAS PARA O C NTEMPLAR ÀS DIFERENÇAS

Souza (2010) traz contribuições para a relação do coordenador pedagógico e o professor na temática da educação para o atendimento às diferenças, nos conduzindo a refletir sobre as percepções que o coordenador tem ou precisa ter do professor a qual coordena, adentrando assim, em concepções de competência e valores individuais.

Cada professor é único, com experiência sui generis, com crenças e valores que o constituem, e é com essa identidade que se desenvolverá sua ação pedagógica. O desafio do coordenador pedagógico é dimensionar a mudança necessária para, a o ter claros seus objetivos, poder avaliar seu trabalho e planejar seu caminho como grupo. Conhecer a identidade em relação, por meio de observações de diversas atividades, se o registro e reflexão parecerem um caminho o promissor. (SOUZA, 2010, p.99).

A busca de conhecer o professor como o qual o coordenador pedagógico articula, planeja e avalia as situações do desenvolvimento dos discentes, é importante, para a dinamização e efetivação do trabalho pedagógico. Esse conhecer poderá dar ao coordenador caminhos necessários para fazer com que os discentes se percebam também como sujeitos de ação, à medida que se sintam respeitados e valorizados em suas especificidades. É salutar a presença do coordenador pedagógico, junto à ação do professor na sala de aula e em outros ambientes, como também a ocorrência de situações que contribuam para que esse professor se socialize, interaja, se sintam participantes da equipe, se expresse e que principalmente não se sintam sozinhos diante das dificuldades encontradas na sala de aula.

A relação de reciprocidade entre esses profissionais deve ser estimulada a cada dia através do diálogo, troca de experiências, confiança e aprendizagem, não deixando que a rotina do trabalho e os casos emergenciais interfiram no bom desenvolvimento dessa parceria. Sendo assim, é necessário que um bom planejamento das formações continuadas das reuniões pedagógicas seja realizado, criando assi

m, espaços para que as dúvidas sejam colocadas, as possíveis soluções direcionadas e principalmente que ocorra a comunicação de todos os acontecimentos da escola, evitando dessa forma a descomunicação que às vezes torna o pivô de encontros de informação e ações.

No momento do ingresso no contexto escolar de um discente deficiente, é comum ouvirmos os professores falarem, que não conseguem perceber como o possível condutor do processo de aprendizagem de um discente, mas mesmo com suas dúvidas e renúncias, aceitam o desafio, mas por hierarquia permite a entrada do discente em sua turma. É difícil ou aparentemente fácil pensarmos como será a vida profissional desse professor e a vida escolar do aluno.

Apesar das ações governamentais que primam por uma educação de qualidade e inclusiva disponível aos sistemas de ensino, essa situação ainda é vivenciada em nossas escolas. O professor muitas vezes alega não estar preparado para o atendimento, mas o tempo vai passando e essa preparação não acontece e conseqüentemente a segregação e exclusão ocorrem.

Quais os empecilhos que acontecem na escola para que não ocorra essa preparação? E qual a ação da coordenação pedagógica frente à necessidade do professor e do aluno? É visível que diversas ações devem ser desenvolvidas, mas, o primeiro passo deverá ser a aceitação tanto do professor como de todos os outros profissionais da escola, em querer fazer a inclusão na educação. Para Mantoan (2011, p. 80), esse fazer “[...] Depende, contudo, de uma disponibilidade interna para enfrentar as inovações e essa condição não é com uma os professores em geral.

”Todavia, cabe a equipe pedagógica da escola buscar incessantemente e gradativamente essa disposição interna, pois os alunos precisam não só estar na escola, mas principalmente sentir-se incluídos.

O enfrentamento às inovações da prática pedagógica, dos recursos a serem disponibilizados, da metodologia a ser empregada e da avaliação que a educação inclusiva necessita para sua efetivação, revelam as mudanças que vêm ocorrendo em nossa sociedade, e fugir dessa realidade é utopia. É necessário também, compreendermos que não se mudam as estratégias de ensino e as visões de aprendizagem em tempo mínimo, mas é importante a busca de melhorias no fazer pedagógico para isso, o professor precisa receber apoio.

Mantoan (2011) faz a seguinte afirmação sobre a importância desse apoio:

Essa ajuda deve vir de outros colegas mais experientes e mesmo de pessoas que compõem o grupo de trabalho pedagógico das escolas: diretor, especialistas, mas a orientação dos superiores técnicos deve recair sobre as situações práticas de ensino apontadas pelo professor e consistir em discutir e debater os questionamentos sobre sua atuação em sala de aula, sempre buscando diminuir a inquietação e acalmar o professor, para que ele não perca as reais proporções do caso que está sendo analisado. (MANTOAN, 2011, p. 82-83).

As relações de troca de experiências, das dúvidas e buscas são aspectos que podem nortear o trabalho do professor na melhoria de sua ação pedagógica, fazendo com que o mesmo possa através de sua fala, da visão de outros sobre seu trabalho e do suporte técnico pedagógico a ser direcionado pelo coordenador pedagógico, se sentir estimulado a se disponibilizar para o desafio da promoção do atendimento às diferenças, pautado nos princípios das potencialidades e especificidades de cada aluno.

A FORMAÇÃO CONTINUADA E PRÁTICA DO COORDENADOR PEDAGÓGICO: ASPECTOS IMPRESCINDÍVEIS À EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Podemos diante do exposto, verificar que a escola é um espaço de mudanças. E por ser assim, requer de cada profissional que a compõe, a retomada de suas concepções e ações. A formação continuada dentro desse espaço escolar deve ser vista como um dos meios de assegurar a oferta do atendimento às necessidades e especificidades de cada discente, por isso, precisa estar elencada e sustentada na proposta pedagógica da escola.

Normalmente, nos estabelecimentos de ensino a formação continuada é direcionada somente aos professores, devido a estes serem diariamente e diretamente em contato e em relação com os alunos, sentindo as necessidades, os avanços e os comportamentos. No entanto, é relevante a expansão desse estudo para todos os profissionais da escola, inclusive o coordenador pedagógico que ao executar sua ação precisa ter clareza de seus objetivos e conhecimento do trabalho a ser desenvolvido para isso, a valorização de sua formação continuada deve acontecer. Como toda profissão, a sua exige estudo, pesquisa e reflexão, além de situações que possam estimular aspectos como: sua autoestima, confiança, amor ao que executa e sensibilidade para sentir, perceber e ajudar o outro, que pode ser o aluno, o professor ou outro membro da comunidade escolar.

Garrido (2009), referindo-se à formação continuada como meio de qualificação para o professor, percebe também a necessidade de investir na formação do coordenador pedagógico (denominado pela autora como professor-coordenador) e faz a seguinte recomendação:

[...] Para tanto, é preciso que ele, figurado em sua unidade escolar, tenha também um espaço coletivo e formador, análogo ao HTPC², no qual possa apresentar as dificuldades inerentes à sua nova função, partilhar angústias, refletir sobre sua prática como coordenador, trocar experiências... crescer profissionalmente, para poder exercer de forma plena sua função de formador e promotor do projeto pedagógico. (GARRIDO, 2009, p. 11).

²HTPC: Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo.

Através da existência dessa formação continuada, o coordenador pedagógico poderá agir de forma mais segura e significativa, refletindo assim, no trabalho do professor e do aluno, como também, na organização e execução do seu plano de ação, evitando como já foi mencionado, deixar-seu agir restrito às necessidades emergenciais do cotidiano escolar que ocorrem devido ser este local de antagonismos.

Souza (2010) concebe a escola como espaço de constante contradição e complexidade, “Pensando a escola como espaço organizado, com grupos distintos, programas e rotinas, não é possível concebê-la em antagonismo, os quais geram conflitos permanentes.” (SOUZA, 2010, p.96). Nesse prisma, as ações da proposta pedagógica precisam abraçar a realidade descrita pela autora, onde a proposta de atendimento se jaca capaz de penetrar os conflitos fazendo com que os mesmos não sejam obstáculos, mas sim formas de promoção do respeito à igualdade e das diferenças, onde as informações sejam transformadas em conhecimento e as experiências em aprendizagens.

Inseridos nesse contexto nos princípios da Educação Inclusiva, Aguiar (2010), ao visualizar a escola também como espaço de grupo de pessoas diferentes, percebe a ação do coordenador pedagógico e a necessidade de planejamento específico para os sucessos escolares do aluno com necessidade educacional especial, matriculado no estabelecimento de ensino.

[...] a cada matrícula de um novo aluno com deficiência, faz-se necessário um planejamento visando a adequar cada situação, o que passa por conteúdo, metodologia, recursos didáticos, avaliação, até o momento de socialização deste aluno com os demais integrantes da escola. (AGUIAR, 2010, p. 144).

Partindo desse princípio a entrada e permanência do discente no sistema de ensino, ocorrerá de forma mais respeitosa e significativa. Essa é uma ação de competência da coordenação pedagógica, construída em conjunto com o professor que receberá o discente e compartilhará com todos os inseridos no processo, inclusivamentecomospais e familiares.

É comum salutar a parceria entre a escola e a família, baseada no trabalho compartilhado, de confiança e credibilidade, onde o desenvolvimento integral da aprendizagem dos alunos é revelado com os objetivos principais de ambas as partes. Considerando a família do discente incluso, essa parceria deve ocorrer normalmente e deve primar pelo mesmo objetivo, a aprendizagem.

A participação dos pais do discente incluso pode: contribuir para o atendimento do aluno, nos entes de fornecer informações importantes para a construção do planejamento individualizado; proporcionar conhecimentos sobre a proposta inclusiva da escola e da necessidade de participação dos mesmos na construção dessa proposta, e principalmente perceber as capacidades do seu filho, que no contexto familiar, podem não ser observadas. Serra (2008, p.38), evidencia que “[...] A família possui um papel

decisivo no sucesso da inclusão.

”Nesse sentido, a escola deve elencar ações que contribuam com a participação ativa da família na proposta pedagógica e no enfrentamento dos obstáculos a serem vencidos. E o coordenador pedagógico, no entanto, é solicitado a ser o articulador dessa aproximação e a girar a família em prol da educação de seus filhos, não podendo carregar isoladamente essa missão e a busca de parcerias se faz necessária.

Para a realização das ações inclusivas na escola, deve ser percebida como uma necessidade, a busca de parceiros que comunguem dos mesmos objetivos e que possam contribuir de acordo com suas especificidades, para a resolução ou minimização das situações que repercutem negativamente no processo de ensino e aprendizagem dos alunos. Aguiar (2010, p. 144) alerta que “é imprescindível o apoio de diferentes profissionais que auxiliem as múltiplas tarefas que a escola exerce atualmente, uma vez que esta instituição está cada vez mais dinâmica e complexa.

”As redes de apoio podem ser compostas por diferentes especialistas que possam atender as especificidades dos discentes, para isso, é importante a parceria entre a secretaria de educação, saúde e assistência social.

Fazer inclusão requer parcerias, planejamento, estudo e principalmente aceitação, aspectos inerentes ao coordenador pedagógico que não pode servir como o grande responsável pela educação inclusiva, mas, com um dos principais articuladores nos espaços escolares de promoção de aprendizagem e de saber e interação sociais. Os desafios de sua função são inúmeros, todavia, a sua ação precisa acompanhar, avaliar e elucidar caminhos pedagógicos que tornem a arte de educar e aprender cada vez mais prazerosa e inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade é formada por pessoas diferentes que se constituem por diferenciadas formas de ser, pensar e agir. O comportamento manifestado de cada indivíduo reflete a cultura, os valores éticos, as classes sociais a que pertence, a educação formal e informal recebida. Ao propor reflexões sobre a inclusão, precisamos compreender que normalmente já convivemos uns com os outros e que cada um tem um jeito diferente de ser, ou seja, por mais que exista homogeneidade nas relações sociais a questão da heterogeneidade se destaca, evidenciando que as diferenças existem para nos aproximar, nos completar, enfim, que essa é a riqueza que temos: somos diferentes.

A inclusão escolar requer atitude, ousadia e credibilidade de todos os autores do sistema de ensino. Atitude inclusiva para receber o aluno na escola, na sala de aula fazendo com que o mesmo se sinta percebido; ousadia para buscar recursos, metodologias, adaptações que possam contribuir como ensino e aprendizagem desse aluno e crer nas potencialidades e habilidades que cada ser tem dentro de si, equ

às vezes, só está à espera de oportunidades. Acreditar que a inclusão pode ser vivenciada na educação é uma necessidade constante que devemos alimentar, para que a exclusão e a segregação não continuem a colocar às margens da sociedade, cidadãos que se comunicam, porém não ouvem, falam porém não ouvem, têm necessidade física, dificuldade em interagir e se concentrar, ou outras especificidades.

O estudo teórico evidenciou a dinâmica do trabalho do coordenador pedagógico, ancorada no envolvimento com as atividades pedagógicas, burocráticas e emergências do cotidiano, o que desencadeia um acúmulo de serviço, fazendo com que aspectos importantes como a parte pedagógica não seja direcionada com precisão. E para se desvencilhar desses obstáculos é sugerido a construção de um plano de atividades a serem executadas por este profissional. Esse planejar abre espaço para que o CPE veja as necessidades de seus professores e também dos alunos e possa mobilizar para junto com os gestores escolares a equipe em geral realizar um planejamento maior, que é o Projeto Político Pedagógico.

A partir do momento que o CPE atende às necessidades educacionais imbuídas no Projeto Político Pedagógico, o mesmo consegue orientar, articular e mediar a prática do professor, conhecer suas dificuldades e seus receios, com o também ter conhecimento das competências/habilidades, necessidades/dificuldades dos educandos, aspectos que orientarão o planejamento individualizado do discente. Para a efetivação do atendimento inclusivo, esse saber é o primeiro passo para que novas decisões para o currículo, avaliação, metodologia, recursos e parcerias sejamacionadas e caminhos redirecionados. Vejamos que essa reflexão não só é válida para os discentes inclusos como para todos os inseridos, nesse sentido, a girar a perspectiva da inclusão é trabalhar para a qualidade da aprendizagem de todos.

O profissional da educação, especificamente o coordenador pedagógico ao iniciar sua trajetória de trabalho, tende a se afastar da busca por estudos que fortifiquem sua prática. O tempo fica restrito ao trabalho, porém toda a prática necessita de teoria, e a educação é uma ciência social que acompanha as mudanças ocorridas na sociedade, por isso, todos que fazem a educação, precisam conhecer essas mudanças, para assim, tecerem suas percepções e verificarem de que forma a mesma poderá ser explorada e/ou desenvolvida nos espaços escolares. O movimento inclusivo veio das necessidades sociais adentrando a escola para não ser só explorado, mas principalmente desenvolvido. O sentimento de desqualificação do professor em muitos casos é o mesmo do coordenador pedagógico, quem não consegue orientar o educador, para isso, é prioritária a busca por essa qualificação, através de formações permanentes que deem base ao serviço desse profissional, pois assim como o docente, o coordenador e todos os membros da instituição de ensino precisam estudar, refletir, experienciar e construir a prática com base em uma significativa teoria.

A ação do coordenador pedagógico inclusivo permeia a operacionalização do seu plano de ação, da formação continuada, do articular, mediar e avaliar as situações de ensino e aprendizagem, dare

lação do mesmo como professor, como aluno e seus responsáveis e do seu envolvimento e direcionamento à comunidade escolar. Os desafios para exercer sua função nessa ótica, estão relacionados: ao distanciamento das ações pedagógicas, quando indiretamente, buscar contatos de todas as funções dos membros da escola; ao ensino tradicional embrionado no sistema de ensino e na prática dos professores; à dificuldade da escola conhecer e buscar recursos financeiros, projetos, materiais pedagógicos e outros, junto às instituições públicas como: Secretarias Municipais de Educação, Secretariade Educação Especial e Ministério da Educação. A compreensão de que a escola precisa de parcerias, de uma proposta pedagógica construída e vivificada por seus membros e de que o coordenador pedagógico necessitare fletir sobre sua real função, otimizando seu plano de ação e fortalecendo sua relação como professor, pode sinalizar possíveis soluções ou formas de minimizar os desafios apontados.

REFERÊNCIAS

- ALVES, C.N. O Coordenador Pedagógico como Agente para a Inclusão. *In*: SANTOS, M.P; PAULINO, M.M. **Inclusão em Educação: culturas, políticas e práticas**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2008, p. 83-105.
- AGUIAR, L.G. Desafios do coordenador pedagógico no processo de inclusão de alunos com deficiência no ensino regular. *In*: ALMEIDA, L.R. de; PLACCO, V.M.N. de S. **O Coordenador Pedagógico e o Atendimento à diversidade**. São Paulo: Edições Loyola, 2010, p. 141-155.
- BRASIL. Ministério da Educação. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o Atendimento Educacional Especializado e outras providências. Brasília, DF, 17 nov. 2011.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.
- BRASIL, Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1998.
- BRASIL, Ministério da Educação. Secretariade Educação Especial. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/Secretariade Educação Especial**. Brasília, 2010.
- GARRIDO, E. Espaço de formação continuada para o professor-coordenador. *In*: BRUNO, E.B.G.; ALMEIDA, L.R. de; CRISTOV, L.H. da S. **O Coordenador Pedagógico e a formação do docente**. São Paulo: Edições Loyola, 2009, p. 9-16.
- GEGLIO, P.C. O coordenador pedagógico e a questão da inclusão. *In*: ALMEIDA, L.R. de; PLACO, V.M.N. de S. **O Coordenador Pedagógico e questões da contemporaneidade**. São Paulo: Edições Loyola, 2011, p. 109-125.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MANTOAN, M. T. E. Caminhos Pedagógicos da Educação Inclusiva. *In*: GAIO, R. MENEGHETTI, R. G. K. **Caminhos pedagógicos da Educação Especial**. 7. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, p. 79-94.

SERRA, D. Inclusão em ambiente escolar. *In*: SANTOS, M. P.; PAULINO, M. M. **Inclusão em Educação: culturas, políticas e práticas**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2008, p. 31-42.

SOUZA, V. L. T. de. O Coordenador Pedagógico e o atendimento à diversidade. *In*: PLACO, V. M. N. de S.; ALMEIDA, L. R. de. **O Coordenador Pedagógico e o cotidiano da escola**. São Paulo: Edições Loyola, 2010, p. 93-112.